Faculdade de São Paulo

Regulamento CPA

**FACULDADE DE SÃO PAULO
REGULAMENTO DA
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FACULDADE DE SÃO PAULO é o órgão responsável pela coordenação dos processos internos de avaliação institucional, de acordo com o artigo 14 da Lei no. 10.861, de 14 de abril de 2004, regulamentada pela Portaria MEC no. 2.051, de 9 de julho de 2004.

Parágrafo Único. A Comissão Própria de Avaliação, órgão suplementar da Diretoria Geral, terá atuação autônoma em relação aos demais órgãos da Instituição.

**CAPÍTULO II
PRINCÍPIOS E COMPETÊNCIAS**

**Seção I
DOS PRINCÍPIOS**

Art. 2º A atuação da CPA se dará pelos seguintes princípios:

- a) autonomia em relação aos órgãos de gestão acadêmica e administrativa;
- b) fidedignidade das informações construídas no processo avaliativo;
- c) respeito à valorização dos sujeitos e dos órgãos da instituição;
- d) respeito à liberdade de expressão, de pensamento e de crítica;
- e) compromisso com a melhoria contínua da qualidade de ensino;
- f) difusão de valores éticos e de liberdade, igualdade e pluralidade.

**Seção II
DAS COMPETÊNCIAS E FINALIDADES**

Art. 3º Compete à CPA, observada a legislação pertinente:

- a) Elaborar e implementar o Projeto de Autoavaliação Institucional, considerando as metas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), submetendo-o à apreciação do Diretor Geral;
- b) elaborar o Plano de Trabalho Anual, submetendo-o à apreciação do Diretor Geral;

- c) sistematizar e prestar informações relativas à avaliação solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Sistema Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Superior (SINAES), na forma prevista na legislação;
- d) conduzir os processos de autoavaliação institucional, de acordo com o Plano de Trabalho Anual;
- e) constituir, quando necessário, subcomissões de avaliação;
- f) promover, no processo de autoavaliação, a sensibilização, buscando o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários, entre outros;
- g) construir, aperfeiçoar e coordenar a aplicação dos instrumentos avaliativos necessários à avaliação das diferentes dimensões institucionais, em conformidade com o Plano de Trabalho Anual;
- h) definir a composição dos grupos de trabalho atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica;
- i) organizar e discutir os resultados da autoavaliação com a comunidade acadêmica e publicar as experiências;
- j) manter contínuo diálogo com a avaliação externa de cursos e do desempenho dos estudantes com o objetivo de integrá-los aos resultados da autoavaliação institucional;
- k) definir e implementar procedimentos de organização, processamento e análise das informações coletadas no âmbito do processo avaliativo;
- l) propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria da instituição.

Parágrafo Único. O Plano de Trabalho Anual da CPA especificará as ações a serem desenvolvidas com vistas ao cumprimento das suas atribuições e das metas indicadas no Projeto de Autoavaliação Institucional.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO, MANDATO E FUNCIONAMENTO

Art. 4º A CPA contempla a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo) e de representante da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos.

Art. 5º A CPA é designada por Portaria da Direção da FACULDADE DE SÃO PAULO, composta por sete membros, assim distribuídos:

- a) um representante titular do corpo docente, que será o Coordenador da CPA;
- b) um representante suplente do corpo docente;
- c) um representante titular do corpo discente, regularmente matriculado;

- d) um representante suplente do corpo discente;
- e) um representante titular do corpo técnico-administrativo;
- f) um representante suplente do corpo técnico-administrativo;
- g) um representante da sociedade civil organizada;

§ 1º Os representantes previstos no artigo 5º., exceto o representante da sociedade civil organizada, serão escolhidos por seus pares, dentre os mais votados em eleição direta.

§ 2º Os membros suplentes substituirão os membros titulares em suas ausências ou impedimentos.

§ 3º As eleições para a escolha dos representantes do corpo docente, discente e técnico-administrativo serão convocadas com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência e realizadas, pelo menos, 30 (trinta) dias antes do término do mandato dos atuais membros.

§ 4º O representante da sociedade civil será convidado pelo Diretor Geral da Faculdade de São Paulo.

§ 5º O mandato dos membros da CPA será de 2 (três) anos, permitida uma única recondução.

§ 6º A conclusão do curso, o trancamento de matrícula ou o afastamento de qualquer representante discente, em período superior a 90 (noventa) dias, acarretará na sua substituição.

§ 7º Considerando as especificidades de caráter técnico e científico que permeiam as atividades da CPA, a presidência poderá convidar assessores *ad hoc* para participar das discussões e da análise de dados coletados, sem direito a voto.

§ 8º A renovação da composição da CPA será desvinculada da mudança do Diretor Geral da FACULDADE DE SÃO PAULO, a fim de assegurar a continuidade dos trabalhos, especialmente da interlocução da instituição com os órgãos externos.

Art. 6º A CPA reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, quando convocada por seu presidente ou por, pelo menos, um terço de seus membros titulares.

§ 1º Ao início de cada ano letivo será elaborado um calendário de reuniões, que deverá ser encaminhado aos membros da CPA.

§ 2º A pauta das reuniões ordinárias será divulgada com antecedência mínima de 48 horas, juntamente com os documentos e relatórios a serem apreciados na reunião.

§ 3º As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, com prévia e ampla divulgação da pauta.

§ 4º As reuniões da CPA serão presididas pelo Coordenador ou por um dos membros da Comissão, por ele designado.

§ 5º As reuniões serão instaladas com qualquer número de membros presentes, sendo que para deliberações será necessário um quórum mínimo de metade mais um dos seus membros.

§ 6º Das reuniões da CPA lavrar-se-á a ata, sob responsabilidade de um secretário, que a subscreverá junto com os demais presentes.

§ 7º O comparecimento às reuniões é obrigatório e, exceto quanto aos membros representantes da sociedade civil, tem precedência sobre qualquer outra atividade.

§ 8º O membro que estiver ausente em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, de forma injustificada, perderá o seu mandato.

CAPÍTULO IV DA PRESIDÊNCIA

Art. 7º A CPA será presidida pelo titular do representante dos docentes.

§ 1º Na ausência do titular, assume a Presidência o suplente representante dos docentes.

Art. 8º Compete ao Presidente da CPA:

- a) presidir os trabalhos da Comissão;
- b) elaborar a pauta das reuniões e convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão;
- c) dirigir as discussões concedendo a palavra aos demais membros, coordenando os debates e neles intervindo para esclarecimento;
- d) resolver questões de ordem;
- e) impedir debate durante o período de votação;
- f) constituir sub-comissões, designando seus membros;
- g) convocar as eleições para representantes docentes, discentes e técnico-administrativo da CPA e expedir as instruções que disciplinarão o processo de escolha;

- h) representar a CPA perante as instâncias acadêmicas e administrativas da Faculdade e perante os órgãos e instâncias do governo federal que regulam e executam o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- i) exercer outras atribuições nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO V DA SECRETARIA

Art. 9º A Comissão Própria de Avaliação terá um (a) secretário(a), de livre escolha do Presidente, dentre os membros presentes da Comissão.

Art. 10 Compete ao Secretário(a):

- a) redigir as atas das reuniões e dos demais eventos coletivos realizados pela CPA;
- b) dar assistência e assessoramento direto à Presidência da CPA;
- c) transmitir aos membros da Comissão os avisos de convocações da Comissão, quando solicitados pelo Presidente;
- d) manter-se atualizado sobre a legislação, resoluções e correspondência da CPA, realizando o controle do arquivamento da documentação;
- e) encaminhar pedidos de informações ou efetuar diligências quando requeridas nos processos;
- f) acompanhar a agenda de reuniões e eventos da CPA;
- g) organizar material e documentação para as reuniões da Comissão;
- h) organizar os relatórios da CPA;
- i) executar outras tarefas pertinentes à função.

CAPÍTULO VI DAS VOTAÇÕES

Art. 11 Todas as matérias levadas à deliberação da Comissão serão decididas, preferencialmente, por consenso.

§ 1º O processo de votação será em aberto e nominal.

§ 2º Não havendo consenso, as matérias serão submetidas à votação.

§ 3º Não será permitido o voto por procuração.

§ 4º Serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem maioria simples de votos entre os membros presentes, inclusive o presidente.

§ 5º Em caso de empate, cabe ao Presidente da Comissão o voto de qualidade.

CAPÍTULO VII DA AUTO-AVALIAÇÃO

Art. 12 A CPA deve levar em consideração, em suas atividades e propostas, as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, dentre as quais:

- a) a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- b) a política para o ensino, a pesquisa, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica;
- c) a responsabilidade social da instituição considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à produção artística e ao patrimônio cultural;
- d) a comunicação com a sociedade;
- e) as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- f) organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados e a participação dos segmentos da comunidade discente nos processos decisórios;
- g) infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- h) planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- i) políticas de atendimento aos discentes;
- j) sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

CAPÍTULO VIII DA EXECUÇÃO DA AUTO-AVALIAÇÃO

Art. 13 O processo de avaliação interna, coordenado pela Comissão Própria de Avaliação, desde a fase de elaboração conceitual até a confecção de relatórios, deverá ser divulgado para a comunidade acadêmica, pelos meios de comunicação usuais da Instituição.

Art. 14 A Comissão Própria de Avaliação deverá ter pleno acesso a todas as informações Institucionais, exceto as que envolverem sigilo.

Art. 15 Serão promovidos seminários internos e reuniões com representantes da comunidade acadêmica e da comunidade externa para a divulgação dos métodos e processos voltados para o levantamento de dados qualitativos e quantitativos da avaliação institucional.

Art. 16 Formas de utilização dos resultados das avaliações

- a) Indicação dos pontos que podem ter melhoria imediata ou que deverão ser objeto de avaliação pela Diretoria Geral ou órgãos responsáveis;
- b) Os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceituais, epistemológicas e práticas, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

Art. 17 A Faculdade deverá oferecer à Comissão Própria de Avaliação as condições materiais, de infraestrutura e de recursos humanos necessárias à condução de suas atividades.

CAPÍTULO IX DOS DEVERES E DIREITOS

Art. 18 São deveres dos membros da CPA:

- a) comparecer com pontualidade às reuniões;
- b) atender às determinações do Presidente, cumprindo com destreza e eficiência as tarefas que lhes forem confiadas;
- c) compreender todas as etapas do processo de autoavaliação, emitindo parecer conclusivo a respeito;
- d) participar efetivamente de todas as etapas do processo de autoavaliação.

Art. 19 São direitos dos membros da CPA:

- a) tomar parte nas reuniões, apresentar propostas, indicações, requerimentos, emendas e discutir quaisquer assuntos pertinentes aos trabalhos da Comissão;
- b) examinar quaisquer documentos existentes nos arquivos da Comissão;
- c) solicitar, por intermédio do Presidente, informações de qualquer órgão da instituição sobre o assunto que reputar de interesse da Comissão, ou necessário aos procedimentos de autoavaliação;
- d) solicitar, por intermédio do Presidente, todo o material e os subsídios necessários à execução das tarefas sob sua responsabilidade.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Própria de Avaliação da FACULDADE DE SÃO PAULO.

Art. 21 Este Regulamento poderá ser modificado, no todo ou em parte, sempre que necessário.

Art. 22 Este regulamento entra em vigor após sua aprovação.